

**Exmo. Senhor  
Eng.º Rui Valente  
M. I. Presidente  
da Mesa da Assembleia Geral da C.A.J.A.P.  
Av. Almirante Reis, n.º 40-A – 1º Esq.  
1169-064 Lisboa**

P.M.P.

Lisboa, 16 de Dezembro de 2009

**ASSUNTO: Pedido de demissão da Direcção da C.A.J.A.P.**

Exmo. Senhor Presidente,

Conforme é do conhecimento de V. Exa., a Direcção da CAJAP estabeleceu como prioridade do seu mandato a resolução dos problemas fiscais que afectam os árbitros portugueses. Nesse sentido, esta Direcção tem vindo a desenvolver todos os esforços junto das forças políticas, e principalmente junto do Governo, para solucionar um problema que certamente colocará em causa a realização das competições desportivas.

A publicação da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro de 2007, foi uma das grandes conquistas desta Direcção pois a sua luta culminou com a introdução da alínea b) do n.º 5 do artigo 12º do Código do IRS que veio consignar que *"o IRS não incide sobre as bolsas de formação desportiva, como tal reconhecidas por despacho do Ministro das Finanças e do membro do Governo que tutela o desporto, atribuídas pela respectiva federação titular do estatuto de utilidade pública desportiva aos agentes desportivos não profissionais, nomeadamente praticantes, juízes e árbitros, até ao montante máximo anual correspondente a cinco vezes o valor da retribuição mínima mensal garantida"*.

Sucedem que passados quase 24 meses sobre a publicação e entrada em vigor da referida Lei, o Governo não se dignou, como era sua obrigação, publicar o referido Despacho Conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro que tutela o Desporto, impossibilitando assim que os árbitros beneficiem de um legítimo direito que a Lei lhes concede.

Por outro lado, a Direcção da CAJAP foi sucessivamente confrontada, de forma totalmente imprevista e apenas numa Reunião realizada no dia

14.08.2009, no Ministério das Finanças, com o facto de o Governo pretender atribuir as ditas bolsas de formação segundo critérios de idade, o que é de todo inaceitável.

De facto, a aplicação do critério da idade é extremamente injusta pois possibilitará, por exemplo, que um jovem árbitro de futebol pertencente à principal categoria nacional e que auferir expressivo rendimento seja contemplado com esta isenção e, pelo contrário, que um árbitro mais idoso de uma outra modalidade e cujos rendimentos são exíguos não beneficie dessa prerrogativa e impede, até, que muitos ex-praticantes ingressem na arbitragem desportiva quando terminarem as suas carreiras.

A Direcção da CAJAP tem a plena consciência de que o critério da idade irá, por si só, prejudicar as modalidades de menor expressão mediática, onde invariavelmente os quadros de arbitragem são os mais idosos e até, nalguns casos, verifica-se que nenhum árbitro seria contemplado com tal benefício.

Também é preocupação da Direcção da CAJAP a situação dos delegados e observadores que, em regra, são ex-árbitros e, por conseguinte, através da aplicação do critério da idade, fará com que, também eles, não sejam beneficiados por aquela disposição legal.

A Direcção da CAJAP tem defendido que o Despacho Conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro que tutela a área do Desporto deverá sempre nortear-se pelos princípios basilares da fiscalidade portuguesa, nomeadamente, pela aplicação do critério do rendimento e não da idade, possibilitando-se assim uma maior justiça fiscal. Ou seja, através do Despacho Conjunto deverão beneficiar da bolsa de formação desportiva todos os árbitros que auferirem rendimentos da sua actividade desportiva inferiores a 10.000,00 € (montante por nós proposto).

Acresce que, a Direcção da CAJAP foi ainda surpreendida com o Novo Código Contributivo para a Segurança Social, o qual não contempla qualquer especificidade para a actividade dos árbitros e que certamente, se entrasse já em vigor, seria a "*machadada final*" na arbitragem desportiva. Congratulamo-nos por verificar que a Assembleia da República reconheceu os erros do Código Contributivo e adiou a entrada em vigor daquela Lei.

A Direcção da CAJAP há muito que identificou a solução para o problema da fiscalidade dos árbitros, a qual passa pela criação de uma taxa liberatória.

Esta solução possibilitaria que:

- O Estado arrecadasse verbas substancialmente superiores às que irá receber através dos mecanismos que pretende implantar;
- O Estado tivesse total controlo sobre a execução e entregas das verbas a que tinha direito pois tutela as diversas Federações Desportivas e



tem mecanismos para as penalizar (congelamento de entrega de verbas, retirada da utilidade pública, etc.);

- Os árbitros não tivessem, nessa sua qualidade, de se colectar e assim não corressem o risco de perder benefícios pessoais, como sejam a atribuição de bolsas de estudo, de desemprego, juros bonificados, etc.;
- Que os árbitros não tivessem de preencher e entregar quaisquer documentos fiscais, nomeadamente recibos verdes e declarações de IRS;
- Que os árbitros, que na grande generalidade auferem rendimentos extremamente diminutos (inferiores a 1.000,00€), sejam tributados ao abrigo do "Regime Simplificado", o qual consagra como rendimento mínimo o montante de 3.125,00 €. Ou seja, actualmente a maioria dos árbitros não auferem um rendimento próximo de 3.125,00 €, no entanto, paga impostos sobre este valor.

Apesar de todos os benefícios que a criação de uma taxa liberatória traria para todas as partes, inexplicavelmente o Governo ainda não mostrou abertura à aceitação da mesma.

Reafirmamos que a Direcção da CAJAP teve como prioridade do seu mandato a resolução dos problemas da fiscalidade e nesse sentido desenvolveu todos os esforços para que fosse concretizada tão legítima e justa aspiração dos árbitros. Lamentavelmente, o Governo não mostrou receptividade à criação da taxa liberatória e tão pouco quis encontrar uma solução que salvaguardasse os legítimos interesses e direitos de todos os árbitros.

Passados cerca de 24 meses (!!!) sobre a alteração do Código do I. R. S. (aprovada pelos Srs. Deputados e difundida como a publicação da Lei n.º 64-A/2007, de 31 de Dezembro), os árbitros continuam à espera que o Governo cumpra com as suas obrigações e publique o Despacho Conjunto conforme resulta da alínea b) do n.º 5 do artigo 12º do Código do IRS.

A Direcção da CAJAP, como forma de protesto, pela falta de vontade patenteada pelo Governo em resolver adequada e atempadamente o problema da Fiscalidade dos árbitros, apresenta a sua demissão em bloco, pois não aceita pactuar com os indubitáveis prejuízos que esta situação acarreta para os árbitros portugueses, para toda a Arbitragem desportiva e para todo o Desporto nacional.

Desta forma solicitamos a V. Exa. se digne proceder em conformidade.

Com os melhores cumprimentos,

  
António Sérgio

PS

m



IB





Hugo Virgílio



Pedro Coelho




Jorge Ventura



António Sobral



Isabel Fernandes



Carlos Santos